

JORNAL

AVOZDOMOTBOY

Multas a motociclistas mais do que dobram. Aumento das aplicações passou dos 100% em relação ao ano passado.



Varal de radar pega motociclista em todas as faixas



Radares ficam escondidos atrás de viaduto.

É a farra escancarada de uma administração pública que não pensa no motociclista que circula de moto na capital.

Em 2014 foram 212 mil motos atuadas, em 2015, 440 mil. Foram 213 mil autuações em 2014 para 440 mil em 2015. Os radares do Viaduto Washington Luiz autuaram 32.921 vezes. Só os Guardas Civis Metropolitanos emitiram 176 mil multas.

Fatos:

Apesar de tudo isso, prefeito e secretário não admitem indústria da multa em SP. Não existe campanha educativa para alertar ou disciplinar os motociclistas. Ainda existe possibilidades de ação pública no MP contra o uso indevido dos recursos. Radares ficam escondidos, o que é ilegal.

O que se percebe, é uma falta de sensibilidade do prefeito Fernando Haddad e do secretário de Transportes Jilmar Tato que sequer pensam em políticas públicas para o setor de duas rodas na cidade de São Paulo, que atualmente, emprega a maior categoria de profissionais num único segmento: 220 mil.

Multas nas marginais aumentam arrecadação da prefeitura.Estimativa para recolhimento é de mais de R\$ 130 milhões.

Total de multas diárias nas marginais saltou de 2.165 para 6.501, ou seja, a cada 22 segundos alguém é multado nos principais corredores de trânsito da capital. O SindimotoSP deixa claro que não é contra fiscalização, porém, como ela é feita que deixa dúvidas, principalmente porque a lei exige campanhas de conscientização e sinalização adequada, fatos que não estão sendo comprovados pela administração municipal.

Empresas de motofrete só contratam quem tem Curso Obrigatório 30 Horas do Contran.

BPP tem linha de crédito especial para motofretistas



MTPS lança consulta pública para refazer norma de periculosidade em atividades de motocicleta

Exame Toxicológico: excesso ou realidade

Empresas de Apps de motofrete derrubam demanda das convencionais em até 50%

Com a entrada dos apps no setor de motofrete, a demanda por mão de obra nas empresas legalizadas de motofrete caiu pela metade, a ociosidade dos trabalhadores da categoria subiu devido a espera maior por entregas, assim como também, cresceram as demissões no setor. Entre janeiro e abril de 2016, foram mais de 500 homologações no SindimotoSP.

A diferença entre empresas convencionais e as de app está em que, as de aplicativo não pagam os impostos devidos à prefeitura como pagam as convencionais e, ainda por cima, não repassam aos trabalhadores os direitos trabalhistas conquistados pelo SindimotoSP e garantidos em Convenções Coletivas.

Para se ter uma ideia, na grande São Paulo são 12 mil empresas convencionais contra cerca de 5 de apps que exploram os serviços do motociclista profissional. Segundo o Sedersp (sindicato patronal), fica impossível concorrer porque as de app não arcam com custos trabalhistas, impostos, aluguéis etc.

Por isso, o entendimento do SindimotoSP, segundo Gilberto Almeida dos Santos, Presidente do Sindicato, é que as de app precisam reconhecer o vínculo trabalhista com os motociclistas profissionais e repassar os direitos conquistados. “O trabalhador fica iludido com o ganho nas apps, mas, se fizer a conta, verá que está trabalhando mais, gastando o dobro

em manutenção e tendo direitos como FGTS, 40% de multa na rescisão, férias + 1/3, 13º, aluguel da moto, 30% de adicional de periculosidade, convênio médico - odontológico e seguro de vida gratuitos retirados. Além disso, em caso de acidentes ou até óbito, ele ou família estão desamparados”, diz. É preciso que o Ministério do Trabalho e Previdência Social interfira na causa a favor do trabalhador motociclista que não percebe que está perdendo direitos trabalhistas. É preciso ação imediata porque pode haver um grande colapso no setor e não ter mais volta, ou seja, o motofrete tornar-se um setor sem representantes sindicais e patronais e ninguém ter responsabilidade com nada.

Empresas de motofrete só contratam quem tem Curso Obrigatório 30 Horas do Contran Especialização para trabalhar no setor é exigido pelas empresas que não querem demitir o funcionário se a fiscalização começar.

O curso, com carga horária de 30 horas, sendo 25 teóricas e 5 práticas, tem como objetivo preparar o condutor para conduzir motos para transporte de pequenas cargas. Nele, o motociclista profissional tem a oportunidade de reciclar conhecimentos e técnicas de condução da motocicleta. O curso é obrigatório e exigido conforme Lei Federal 12009.

Para se inscrever, o candidato precisa cumprir alguns requisitos: ter completado 21 anos, estar habilitado, no mínimo, há dois anos na categoria A e não estar cumprindo pena de suspensão do direito de dirigir, cassação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), decorrente de crime de trânsito, bem como estar impedido judicialmente de exercer seus direitos.

O Jornal A Voz do Motoboy, mostra abaixo detalhes de como se regularizar e aumentar sua chance de conseguir emprego.

PASSO A PASSO

1) Para fazer o curso, matricule-se em uma instituição de ensino credenciada pelo Detran.SP (ver lista abaixo), apresentando os seguintes documentos: foto 2x2 colorida e recente, certidão original de prontuário do Detran para fins de direito (retirar no Ciretran da cidade onde foi emitida a CNH ou no Poupatempo), cópia da CNH e certidão original de distribuição criminal (retirada no fórum da cidade onde foi emitida a CNH).



Curso teórico é feito em sala de aula e tem 25 horas. As outras 5 são em pista técnica com moto.

2) Após aprovação no curso, você receberá o seu Certificado e a instituição enviará a sua documentação ao Detran.SP para conferência e inserção do curso no prontuário. Caso onde fez o curso não enviar, você mesmo pode ir a um posto do Detran em um Poupatempo e solicitar alteração da CNH para Motofretista.

3) Após inserção no prontuário, solicite 2ª via da sua CNH, onde constará a realização do curso no campo "Observações". Essa observação é condição para que você possa exercer atividade remunerada para o transporte de Motofrete, sendo que o simples porte do certificado não o habilita a exercer a profissão.

Com a CNH modificada, basta vir ao SindimotoSP para obtenção do Condomoto e Licença Motofrete (placa vermelha). Nesses dois casos, também é preciso documentos para iniciar o processo. No sindicato, todas as informações são passadas.

Relação de Credenciadas - DetranSP para o curso especializado de Motofrete

Capital

SENAT FERNÃO DIAS

Rua Benito Meana, 100 – Loja 34 - Vila Sabrina
Telefone: (11) 2983-2332

SENAT PARQUE NOVO MUNDO

Rua Tuiuti, 09 – Parque Novo Mundo
Telefone: (11) 2959-6681/ 2007-8840

SENAT VILA JAGUARA

Avenida Candido Portinari, 1100 - Vila Jaguará
Telefone: (11) 3621-4500

SENAT GUARULHOS

Rodovia Presidente Dutra, km 201,5 - Bonsucesso
Telefone: (11)2431-1347

SENAT GUARULHOS (Jardim Hanna)

Rua Hum, s/nº - Jardim Hanna
Telefone: (11) 2229-2929

SENAT ABC

Rua Vereador Jose Nanci, 300 - Parque Jaçatuba
Telefone: (11) 4977-9999 /4977-9991

SENAT CUBATAO

Rodovia Cônego Domenico Rangoni (SP 55) km 262,5
Polo Industrial
Telefone: (13) 3361-1706

SENAT SÃO VICENTE

Praça. Adalberto Panzan, 151 - Esplanada dos Barreiros
Telefone: (13) 3465-1300

CET

Avenida Marques de São Vicente, 2154 – Barra Funda
Telefone: (11) 3871-8730 / 3871-8610

BPP tem linha de crédito especial para motofretistas



O Banco do Povo Paulista (BPP) tem crédito destinado exclusivamente ao financiamento de motos cargo e equipamentos para adaptação dos veículos de acordo com regulamentação do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), com a finalidade específica de enquadrar as categorias motofrete

/ mototaxi nas regras exigidas pelas Legislações Federal, Municipal e Trabalhista (CLT).

Os motofretistas e mototaxistas das 645 cidades paulistas podem usufruir do empréstimo que tem o menor juros do Brasil. Baixa inadimplência dos profissionais do setor também ajudou prorrogação.

A linha de crédito tem limite de R\$ 6,5 mil com prazo de pagamento de até 24 meses e taxa de juros de 0,35% ao mês. Para conseguir o financiamento, a pessoa precisa comprovar que trabalha como motofretista, seja com carteira assinada ou registro de autônomo. A concessão do valor solicitado está sujeita à análise do BPP.

REQUISITOS EXIGIDOS

Residir há mais de 2 anos em município contemplado pelo BPP, com endereço fixo; ser maior de 18 anos de idade; possuir CNH (Carteira Nacional de Habilitação) categoria A com registro de CBO 5191-10 (motociclista no transporte de documentos e pequenos volumes); ter concluído o curso de 30 horas do Contran e apresentar o Certificado de Conclusão; não possuir restrições cadastrais junto

ao SCPC, SERASA e CADIN Estadual; apresentar avalista (pessoa física; com residência fixa no Estado de São Paulo; sem restrições cadastrais; pode ser cônjuge ou parente de primeiro grau desde que não seja sócio ou funcionário do negócio).

O QUE PODE SER FINANCIADO

- Moto branca, categoria aluguel, espécie carga
- Kit motofrete (equipamentos de segurança)
- Taxas do Detran, DTP e documentação da motocicleta
- Consertos gerais com limite de 20% do valor da moto



Expediente

A Voz do Motoboy

Jornalista responsável: Pedro Pimenta

Diagramação: Rodrigo Martins

Colaboradores: Febramoto / Abramoto

DNP / Instituto Motofrete / SindimotoSP

Associação dos Motofretistas

Redação: Rua Dr Eurico Rangel, 40
2º andar - Sala 3

Brooklin Novo / Cep: 04602-060

Telefone: 5049-0442

Site: www.jornalavozdomotoboy.com.br

email: redacao@jornalavozdomotoboy.com.br

Editorial

O Brasil está, literalmente, pegando fogo. Seja financeiramente, politicamente ou em termos sociais, há divisão, manifestações, diversos problemas estruturais, corrupção e, acima de tudo, desemprego. Esse último fator é o que de fato tem tirado o sono de milhões de brasileiros e, sem dúvida, de motociclistas profissionais. Nesse turbilhão de fatos, o motofrete é castigado com uma onda de demissões, queda no volume de entregas, venda de motocicletas e até de peças de moto para reposição. Tudo isso afeta o segmento profissional de duas rodas e parece querer não melhorar. Para isso mudar, será preciso, antes da saída desse ou daquele “político”, a união dos brasileiros por um ideal chamado Brasil.

Habilitação para motofretista. Tá na mão.

SOU PROFISSIONAL. ANDO NA LEI.

SAIBA PASSO A PASSO
COMO SE REGULARIZAR
www.detran.sp.gov.br



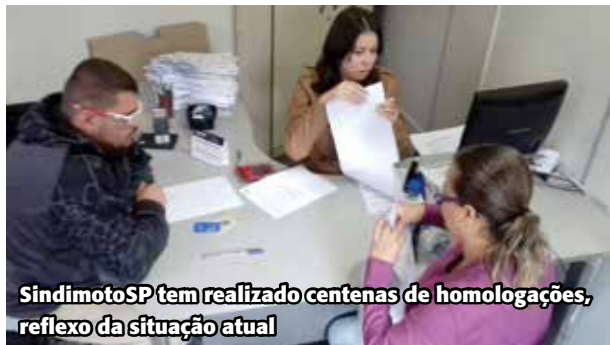
Crédito especial
para comprar motocicletas, itens
de segurança e equipamentos
de proteção pessoal.

0,35% ao mês em até 24 vezes

www.bancodopovo.sp.gov.br



Para se ter uma ideia, entre janeiro e abril foram quase 600 homologações feitas no SindimotoSP, enquanto que as vendas de motocicletas em São Paulo caíram 37,4%. O volume de entregas também teve retração, bem como venda de peças para motos.



SindimotoSP tem realizado centenas de homologações, reflexo da situação atual

Os sinais de deterioração do quadro econômico, político e financeiro estão por todos os lados. Isso resulta em crise nos setores ativos da economia, sendo um deles, o do motofrete.

Afetado pela falta de políticas públicas, concorrência desleal das empresas de aplicativos entre outros motivos, o setor está, como outros, com baixa perspectiva de melhora para esse ano. E um dos fatores que gerou essa crise econômica foi a falta de credibilidade do governo federal e sua equipe econômica com medidas de ajuste fiscal que não foram feitas, fazendo com que a inflação subisse, afetando toda cadeia produtiva no Brasil.

PAÍS SOFRE COM DESEMPREGO, REFLEXO DE CRISE

Os dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) indicam o fechamento de mais de 100 mil postos de trabalho com carteira assinada, que inclui o motofrete. "A situação não está boa, foram mais de 500 homologações entre janeiro e abril realizadas no SindimotoSP e, muitos dos trabalhadores não tinham nenhum outro emprego em vista", relata Gilberto Almeida dos santos, o Gil, presidente do SindimotoSP.

O desemprego é o aspecto mais grave dessa crise, sobretudo porque não existe nenhuma perspectiva de recontração no curto prazo. A solução, segundo Gil, seria resolver urgentemente o impasse político que paralisa o Brasil e depois, as questões econômicas e sociais.

No total, o Brasil já perdeu quase 2 milhões de vagas. Trata-se do pior resultado de desemprego desde que a série histórica foi iniciada, em 1992.

MOTOFRETE ESTÁ PARADO

O que acontece em Brasília extrapola os limites do estado e chega a todo Brasil. Em São Paulo, a crise política deixa reflexos em vários aspectos, inclusive no que diz respeito a economia. Todos os setores que envolve o motofrete estão parados ou em queda. Vendas de motos, de motopeças, entregas rápidas e outros segmentos estão contando prejuízos e o que é pior: não enxergam, pelo menos no momento, esperança de melhora.

A Associação do fabricantes de Motocicletas (Abraciclo)

prevê retração de 9,7% e 10,1% em produção e vendas, respectivamente, em 2016.

Segundo levantamento divulgado pela associação, no primeiro trimestre deste ano foram fabricadas 227.426 motos, contra 360.187 unidades no mesmo período de 2015, correspondendo a uma redução de 36,9%. O acumulado das vendas no atacado – das montadoras para suas concessionárias – apresentou queda de 37,4%, quando comparado aos primeiros três meses do ano anterior. Foram comercializadas 215.372 motocicletas frente a 343.817 unidades.

Com base nos licenciamentos registrados pelo Renavam, foram emplacadas 239.923 motocicletas de janeiro a março*, volume 26,6% inferior ao apresentado no mesmo período do ano anterior, com 326.960 unidades.

CONSÓRCIO DE MOTOS TAMBÉM REGISTRA COMEÇO DE ANO RUIM

O sistema de consórcios teve queda em todos os indicadores para o setor de motos. O número de participantes ativos em janeiro foi de 2,83 milhões, total 6% menor que o do mesmo mês de 2015. As 85 mil novas cotas significaram recuo de 10,5%. O volume de créditos comercializados, R\$ 646,5 milhões, regrediu 38,7%. Os números foram divulgados pela Associação Brasileira das Administradoras de Consórcio (Abac).

VOLUME DE SERVIÇOS CAIU SEGUNDO PESQUISA DO IBGE

O volume de serviços no país teve queda de quase 10% até aqui, na comparação com o mesmo período de 2015. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os serviços acumulam queda superior de 5% no ano e de 3,7% no período de 12 meses.

Já a receita nominal dos serviços apresentou altas de 1,9% na comparação com o período, de quase 5% no acumulado do ano e de 4% no acumulado de 12 meses. A receita nominal não reajusta os valores de acordo com a inflação.

A queda do volume de serviços foi percebida em cinco dos seis segmentos avaliados pela pesquisa do IBGE.

MERCADO DE TRABALHO SEGUE COM DIFICULDADES, APONTA FGV

Dois indicadores de emprego apurados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) ainda não sinalizam uma mudança no mercado de trabalho, segundo a instituição.

O Indicador Coincidente de Desemprego (ICD), que permite aferir o estado atual do mercado de trabalho, recuou 0,2%, para 97,5 pontos. Esta é a terceira queda consecutiva do indicador, apontando acomodação da taxa de desemprego neste primeiro trimestre.

O IAEmp mostrou recuperação, mas ainda se encontra em patamar muito baixo, sinalizando um mercado de trabalho ainda fraco nos próximos meses. De forma similar, a queda observada no ICD nos últimos meses não indica forte recuperação nem redução da taxa de desemprego no curto prazo. Os indicadores indicam um mercado de trabalho ainda bastante difícil.

Motociclistas profissionais sofrem com o desemprego no setor



"A crise faz com que as empresas briguem cada vez mais entre si, baixando o preço do contrato e, automaticamente, nossos salários".

Alex Ribeiro



"Agora que fiquei desempregado, darei entrada no seguro-desemprego e buscarei outra oportunidade de trabalho."

Diego Luis C. Buani



"Fui mandado embora e, com essa crise e muitos amigos desempregados aqui em São Paulo, vou para o interior de São Paulo morar com minha mãe."

André de S. Silva



"Trabalhava há anos na mesma empresa e ao reivindicar meus direitos, fui mandado embora. Me disseram que era a crise, pode até ser porque a coisa tá feia."

Leandro J. da Silva



"Nunca vi uma situação assim. Meus pais estão desempregados e tenho que dobrar a ajuda em casa. Também tem vários motociclistas profissionais parados."

Alexsander Redigulo



"Empresas e serviços estão caindo e consequentemente estamos sendo mandado embora. É preciso resolver urgente esse problema político para o Brasil voltar a andar."

Genivaldo X. dos Santos



"Com a crise financeira as empresas estão sendo prejudicadas e elas precisam de incentivos, descontos ou algo que as ajude para que possam manter nossos empregos."

Luis Cardoso



"Diversos companheiros estão em dificuldades e dizendo que o serviço caiu muito, tanto no esporádico quanto no contrato e registrado. Acho que essa crise vai demorar para passar."

Marcos Oliveira

MTPS lança consulta pública para refazer norma de periculosidade em atividades de motocicleta

Objetivo é criar novo texto com a colaboração de trabalhadores, empresários e governo federal.



Ofício do Sindimoto SP reivindicando direito do benefício a todos motociclistas profissionais.

Desde o dia 18 de abril, o Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), disponibilizou em seu portal, texto para consulta pública que trata sobre o adicional de periculosidade. Agora, sociedade civil, trabalhadores e empregadores, poderão contribuir para um novo texto por meio de uma consulta pública, que integrará a Norma Regulamentadora (NR) nº 16, que especifica quais as situações de

trabalho com utilização de motocicletas que geram direito ao adicional de periculosidade. As sugestões podem ser enviadas por e-mail para normatizacao.sit@mte.gov.br ou via correio para sede do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) até o dia 17 de junho, para o endereço Esplanada dos Ministérios - Bloco "F" - Anexo "B" - 1º Andar - Sala 107 - CEP 70059-900 - Brasília/DF.

De acordo com o texto original, proposto pelo governo federal no Anexo 5 da NR-16, são consideradas perigosas as atividades laborais que utilizem motocicletas ou motonetas em vias públicas, desconsiderando desta forma, o uso deste veículo no deslocamento do trabalhador da residência para seu local de trabalho e seu uso em locais privados. Após encerramento do prazo para o envio de contribuições, as propostas serão avaliadas por um grupo tripartite composto por representantes do governo federal, trabalhadores e empregadores. As sugestões que forem consenso irão compor o novo texto do Anexo 5 da NR-16. SindimotoSP alerta que todo motociclista profissional deve enviar email para o MTPS com suas sugestões e também já se posicionou a favor do assunto acionando seus delegados, representantes, colaboradores e sócios para enviarem o email ao Ministério do Trabalho. Inclusive, o SindimotoSP enviou ofício para José Lopez Feijóo - secretário Especial do Trabalho e Emprego / Ministério do Trabalho e Emprego, que pede melhor sustentação jurídica, bem como, atender plenamente as demandas e anseios dos trabalhadores motociclistas.

Saiba mais:
brasil.gov.br/brasil-de-resultados/infraestrutura



ENERGIA ELÉTRICA. QUANDO A GENTE COMBATE O DESPERDÍCIO, O PAÍS INTEIRO GANHA.

O BRASIL NÃO VAI PARAR.
O CONSUMO CONSCIENTE TAMBÉM NÃO.

**CONFIRA ALGUMAS DICAS PARA
ECONOMIZAR ENERGIA DENTRO DE CASA:**

Chuveiro elétrico

Tome banhos de até 5 minutos.
Use temperatura morna, em vez de quente.



Ar-condicionado

Feche portas e janelas antes de ligar o aparelho.
Use a temperatura ambiente, em vez da mais fria.



Geladeira

Não guarde os alimentos ainda quentes.
Nunca deixe a porta aberta.



Ferro de passar

Junte as roupas e passe todas de uma só vez.
Desligue o ferro se for fazer outra coisa.



**Consumo consciente. Nossa melhor bandeira
por um mundo sustentável.**

Ministério de
Minas e Energia

GOVERNO FEDERAL



Dicas para evitar acidentes em períodos de chuvas

Em tempos de crise, a opção por um veículo mais econômico, como as motos, tende a crescer, e os números confirmam isso. De acordo com dados do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), a frota de motos no território brasileiro chegou a mais de 24 milhões, o que representa cerca de 27% da quantidade total de veículos do país.

Enquanto a frota cresce, a violência também neste segmento não dá tré-gua. Segundo informações da Seguradora Líder-DPVAT, de 2006 a fevereiro de 2016, a frota de motocicletas teve um crescimento de 154%. No ano de 2015, a motocicleta foi responsável por 46,15 % do total de indenizações pagas por morte e por 79,56% das indenizações pagas por invalidez permanente.

O uso de motos nos deslocamentos exige ainda mais dos condutores atenção e responsabilidade, em razão da vulnerabilidade e exposição aos riscos de acidentes e mortes. Quem utiliza uma motocicleta precisa ser muito cuidadoso e pilotar sempre de forma defensiva para não se tornar uma vítima. Diferentemente do carro, condutores e passageiros estão sempre muito mais expostos nas motos.

No período de chuvas, como o que estamos vivenciando agora, a questão da segurança ainda é mais complicada para os motociclistas. O ideal nesta época do ano é ficar de olho na previsão do tempo, antes de sair de casa. Com os aplicativos e internet, hoje ficou muito mais fácil até verificar horários com mais probabilidade de chuvas. Mas se a chuva surpreender você no trajeto, é importante respeitar algumas recomendações para se proteger:

- Não deixe de carregar acessórios que o mantenham aquecido e protegido da água; dessa forma, você terá melhores condições de se focar na via. Use roupas com tecidos impermeáveis, toucas, leve capa de chuva, e use sempre calçados que possam ampliar sua segurança, como, por exemplo, botas.
- Os riscos de queda e derrapagem em pista molhada são sempre maiores; então, a melhor opção é dirigir em velocidade reduzida e manter distância dos demais veículos, pois na necessidade de uma frenagem no asfalto escorregadio, parar é mais difícil.
- Não realize manobras arriscadas; pois nestas condições a sua visibilidade também estará prejudicada.
- Mesmo na chuva, é importante lembrar que o capacete precisa estar fechado e bem fixado.
- Tente desviar de poças d'água.
- Ande com o farol aceso, mesmo durante o dia, para facilitar que outros condutores o vejam na chuva.
- Não se arrisque em situações de alagamentos para evitar se arrastado pelas águas.
- Se a chuva estiver forte, não hesite em parar e esperar o temporal passar.
- Seja preventivo! A sua segurança e a sua vida dependem das suas escolhas.

Multas a motociclistas dobram

O aumento das aplicações de multas para motocicletas chegou a quase 100% em relação ao ano passado. Em 2015 foram 440 mil contra pouco mais de 200 mil em 2014. As atuações com radar também subiram e chegaram a quase 450 mil ano passado. As atuações, só na Avenida Bandeirantes com Avenida Washington Luiz, cra-

varam 32.921. Nesse período, os GCMs emitiram 176 mil multas.

Apesar de tudo isso, prefeito e secretário não admitem indústria da multa em SP e não existe campanha educativa para alertar ou disciplinar os motociclistas. Uma ação pública no MP contra o uso indevido dos recursos ainda está em andamento.

O que se percebe com isso, é falta de sensibilidade da administração pública da capital que sequer pensa em políticas públicas para o setor de duas rodas na cidade de São Paulo, que atualmente, emprega a maior categoria de profissionais num único segmento, ou seja, cerca de 220 mil.

Exame Toxicológico: excesso ou realidade

O objetivo da aplicação do exame toxicológico é de reduzir os acidentes rodoviários. Mas a lei, resoluções e normas parecem que não entendem que a utilização do rebite e das drogas em geral é em função do árduo trabalho, que passa pela insalubridade, periculosidade chegando a penosidade, enfrentando múltiplos fatores de risco. Jornadas longas, seguidas de fadiga, sono e necessidade de conseguir uma remuneração melhor para o sustento da família acompanham esse trabalhador. O exame toxicológico parece excesso, fugindo da realidade e da necessidade de prevenção de acidente. Esse exame segundo determinação legal deve ser feito na admissão, demissão, mudança de categoria, habilitação e renovação da Carteira Nacional de Habilitação. Cerca de 70% dos motoristas são autônomos, consequentemente só farão o exame na mudança de categoria, habilitação e renovação, que é feita a cada cinco anos e para os maiores de sessenta e cinco anos a cada três anos. E esse exame realizado nas condições citadas impedirá o motorista de usar droga no intervalo dos exames? Sendo usuários de drogas interromperão o uso noventa dias antes do exame já que o mesmo é de larga janela, isto é, comprova o uso de drogas nos últimos noventa dias. Todos já sabem disso. Aprovados no exame admissional, a legislação permite que trabalhem 12 a 13h que podem se alongar caso o desembarque seja demorado ou não encontrem um local seguro para descansarem. Mas esse é o fator desencadeante do uso das drogas? É aí que

os legisladores contrariam a legislação do trabalho e não pensam em dar segurança e qualidade de vida para homens que trabalham em regime de escravidão. No pré, trans e pós-trabalho é o momento de se fazer a avaliação. Ainda seria interessante fazer de maneira aleatória e sempre no pós-acidente (pericial). O exame tem que ser feito no momento do trabalho como é para o uso de álcool. Exame positivo será igual a afastamento do trabalho (15 dias) e encaminhado a perícia médica do INSS, já que está caracterizada a existência de uma doença. Lá, incapacitado temporariamente por 90 dias, perfazendo um total de 105 dias afastado do trabalho. Após isso, retorna à perícia com exame negativo, recebendo alta para retorno ao trabalho. Mas quando ele usou a droga? Foi no momento do trabalho? O exame toxicológico de larga janela não determina isso. Vamos afastá-lo do trabalho porque usou droga no dia da sua folga? Geramos aqui prejuízo social e econômico para o trabalhador, para empresa e para previdência social. Demissional? Ridículo é fazer o exame no desligamento! Vai mostrar o quê? Que o empregado usou droga. Quando, no momento do trabalho? Aí, não poderá ser mandado embora. Será encaminhado a perícia médica e poderá haver até fraude por parte do trabalhador que não querendo ser demitido continue usando droga e afastado até ser incapacitado definitivamente (aposentado por invalidez). Repito: e o momento do trabalho? A lei não é para reduzir acidentes? Acho que não pensaram nisso. O exame parece ter a finalidade

única de punir o profissional, constrangê-lo dando-lhe o direito de se negar a fazer o exame. Ninguém é obrigado a apresentar prova contra si mesmo. Além de tudo, trazer consequências pessoal, social e econômica. Dentro da empresa deve ser coberto pelo PCMSO. Mas alguns exames complementares solicitados o médico precisa da autorização do paciente e esse é um deles. Olha o problema que será gerado caso o trabalhador se negue a fazê-lo. Fora da empresa não existe o PCMSO. Os autônomos que constituem 70% dos profissionais não terão o exame periódico e só farão o exame na renovação da CNH. Mas que medida irregular a lei 13.103 aplica para o trabalhador? Para uns, maior controle e para maioria nenhum controle. A lei e resolução direcionadas aos profissionais das rodovias, entendo que pretendem regulamentar, dar qualidade de vida e reduzir acidentes. Mas são injustas porque deixa de atuar no agente causal do uso da droga, que são as longas jornadas, 12 a 13h que pode se estender, e pior, não faz menção de nenhum controle na rodovia, local certo para a vigilância, fiscalização e aplicação de exames imediatos. Trata-se de excessos não compatíveis com a real necessidade técnica e científica adequada ao controle das drogas e redução dos acidentes.

Dr. Dirceu Rodrigues Alves – diretor de Comunicação e Chefe do Departamento de Medicina de Tráfego Ocupacional da ABRAMET - Associação Brasileira de Medicina de Tráfego / dirceurodrigues@abramet.org.br

**EM CASO DE ACIDENTE DE TRÂNSITO,
VOCÊ PODE SOLICITAR O SEGURO DPVAT
SOZINHO E GRATUITAMENTE.**

**SEM COMISSÃO • SEM PROCURAÇÃO
RECEBA O VALOR INTEGRAL**



Seguro

DPVAT

Seguradora Líder

SAC DPVAT: 0800 022 1204 | www.dpvatsegurodotransito.com.br

Fuja do trânsito. E do posto de gasolina também.

Nova CG 125i Fan com injeção eletrônica.
Mais econômica.

CG
125i
FAN



A PARTIR DE
R\$ **126,54****
MENSIS
SEM JUROS

Conheça os demais modelos da família CG
em www.honda.com.br/linhacg.

Todos juntos fazem um trânsito melhor.

*Fornecimento de óleo válido a partir da 3ª revisão. Consulte as concessionárias participantes no 0800 701 3432. **Condição referente ao modelo CG 125i Fan, pelo Consórcio Nacional Honda, no Plano Mega Fácil de 80 meses. Taxa de administração de 24%, fundo de reserva de 1,5%, seguro de vida prestamista e quebra de garantia incluso. Condição e preço válidos para todos os Estados, exceto AC, AM, RO e RR, vigentes a partir de 29/1/2016, podendo ser reajustados sem aviso prévio em razão do valor do bem sugerido pela montadora. Para informações adicionais, acesse www.consorcionacionalhonda.com.br. CAC: (11) 2172 7007. SAC: 0800 722 2340. Ouvidoria: 0800 771 5707. Atendimento às pessoas com deficiência auditiva: 0800 722 2341. Imagem ilustrativa.

